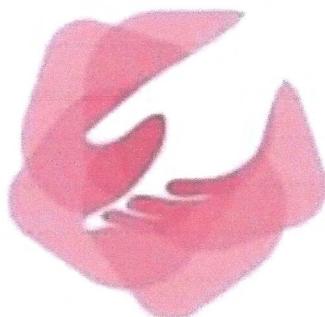


**Centro Social Paroquial da
Imaculada Conceição da Charneca
de Caparica**

**Anexo ao balanço e à
demonstração de resultados de
2021**



**CENTRO
PAROQUIAL
DA CHARNECA
DE CAPARICA**



Índice

1. Identificação da Entidade	3
1.1. Designação da entidade	3
1.2 Sede	3
1.3 NIPC	3
1.4 Natureza da atividade	4
2. Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras	4
3. Principais Políticas Contabilísticas	5
3.1 Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras	5
3.2. Outras políticas contabilísticas	7
4. Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros:	13
5. Ativos Fixos Tangíveis.....	14
6. Inventários	15
7. Prestações de Serviços.....	16
8. Investimentos financeiros.....	16
9. Instrumentos Financeiros	16
9.1 Clientes e Utentes	17
9.2 Outros Créditos a receber.....	17
9.3 Caixa e Depósitos Bancários	17
9.4 Fornecedores	18
9.5 Estado e Outros Entes Públicos	18
9.6 Outras Contas a Pagar	18
9.7 Financiamentos Obtidos	19
10. Gastos com o Pessoal	19
11. Outras Informações	20
11.1 Diferimentos.....	20
11.2 Fundos Patrimoniais	20
11.3 Subsídios, doações e legados à exploração	21
11.4 Fornecimentos e serviços externos	21
11.5 Outros rendimentos	22
11.7 Outros Gastos	22
11.8 Resultados Financeiros.....	22
11.9 Situação contributiva	23
11.10 Acontecimentos após data de Balanço	23



Mensagem da Direção

"No dia 01 de janeiro de 2021 o Centro Social Paroquial da Imaculada Conceição da Charneca da Caparica concretizou o processo de fusão com o Centro Social Paroquial de São José. Até então o Centro Paroquial era apenas composto pela valência do Lar e desde 2021 engloba na sua estrutura as valências de Centro de dia e Apoio Domiciliário.

Uma vez que este é o primeiro Relatório e Contas após a fusão importa salientar que alguns valores comparativos em determinadas rúbricas contabilísticas encontra-se dispar com o seu comparativo de 2020, pois o 2021 inclui os valores da fusão com o antigo Centro Social Paroquial de São José."

1. Identificação da Entidade

1.1. Designação da entidade

Centro Social Paroquial da Imaculada Conceição da Charneca de Caparica

Na sua forma jurídica assume-se como uma instituição canónica, com personalidade jurídica no foro canónico, reconhecida como Instituição Particular de Solidariedade Social (IPSS), conforme registo desta instituição nos termos do nº2 do artigo 9 do Regulamento registado definitivamente em 19/11/84 no livro 2 da Fundações de Solidariedade Social a fls.98 verso e 99, sob o nº.75/84.

1.2 Sede

RUA DA BELA VISTA N 10 BOTEQUIM
2820-663 CHARNECA DA CAPARICA

1.3 NIPC

501469109



1.4 Natureza da atividade

O Centro Social Paroquial da Imaculada Conceição, da Paróquia da Charneca de Caparica, é uma Instituição Particular de Solidariedade Social, canonicamente ereta, com personalidade jurídica no foro canónico civil.

A resposta social que disponibiliza é a Estrutura Residencial para Pessoas Idosas – Lar Padre Roberto Sequeira.

A criação deste Lar surge por iniciativa do Padre Roberto Sequeira, com o objetivo de implementar na Paróquia uma Instituição com capacidade reduzida, direcionada para apoiar idosos, de modo a transmitir o amor e carinho que esta população necessita.

Desta forma, através do Projeto de Luta Contra a Pobreza, inaugurou-se o Lar Padre Roberto Sequeira a 12 de Dezembro de 1994 com capacidade para acolher 32 idosos, em situação de risco de perda de autonomia, em regime interno, oferecendo-lhes serviços adequados à satisfação das suas necessidades e em condições que respeitem a sua dignidade enquanto pessoas.

2. Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras

2.1 – As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com o disposto na Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Sector Não Lucrativo (NCRF-ESNL), que integra o Sistema de Normalização Contabilística (SNC) aprovado pelo Decreto-Lei n.º 158/2009 de 13 de julho.

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto da continuidade e do acréscimo, tendo como principal base de mensuração o custo histórico.

2.2 – Não se verificaram, no decorrer do período a que respeitam as demonstrações financeiras, quaisquer casos excepcionais que implicassem a derrogação de qualquer disposição prevista na NCRF-ESNL.



2.3 – As quantias relativas ao período findo em 31 de dezembro de 2020, incluídas nas presentes demonstrações financeiras para efeitos comparativos, estão apresentadas de forma consistente e uniforme com o período corrente, sendo comparáveis com as quantias do período findo em 31 de dezembro de 2021.

3. Principais Políticas Contabilísticas

As principais políticas contabilísticas aplicadas pela entidade na preparação das Demonstrações Financeiras foram as seguintes:

3.1 Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras

As Demonstrações Financeiras foram preparadas tendo por base o modelo do custo e os seguintes pressupostos:

3.1.1 Continuidade

Com base na informação disponível e expectativas futuras a entidade continuará a operar no futuro, assumindo que não há a intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações. Para as Entidades do Sector Não Lucrativo, este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da atividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir com os seus fins.

3.1.2 Regime do Acréscimo (periodização económica)

Os efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos quando estes ocorram (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura conceitual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento) sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas respetivas contas das rubricas “Devedores e credores por acréscimos” e “Diferimentos”.



3.1.3 Consistência de Apresentação

As Demonstrações Financeiras encontram-se consistentes de um período para o outro, quer ao nível da apresentação quer dos movimentos contabilísticos que as originaram, exceto quando ocorrem alterações significativas na natureza que, nesse caso, estão devidamente identificadas e justificadas neste Anexo. Desta forma é proporcionada informação fiável e mais relevante para os utentes.

3.1.4 Materialidade e Agregação

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. Considera-se que omissões ou declarações incorretas de itens são materiais se puderem, individualmente ou coletivamente, influenciar as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas demonstrações financeiras. A materialidade depende da dimensão e da natureza da omissão ou erro, ajuizados nas circunstâncias que os rodeiam. A dimensão ou a natureza do item, ou uma combinação de ambas, pode ser o fator determinante.

As demonstrações financeiras resultam do processamento de um grande número de transações ou outros acontecimentos que são agregados em classes de acordo com a sua natureza ou função. A fase final do processo de agregação e classificação é a apresentação de dados condensados e classificados que formam linhas de itens na face do Balanço, na Demonstração dos Resultados, na Demonstração de Alterações nos Fundos Patrimoniais e na Demonstração de Fluxos de Caixa ou no Anexo. Se uma linha de item não for individualmente material, é agregada a outros itens, seja na face dessas demonstrações, seja nas notas do anexo. Um item que não seja suficientemente material para justificar a sua apresentação separada na face dessas demonstrações pode, porém, ser suficientemente material para que seja apresentado separadamente nas notas do anexo.

3.1.5 Não compensação

Os ativos e passivos, e os rendimentos e gastos, não devem ser compensados. É importante que os ativos e passivos e bem como os rendimentos e gastos sejam separadamente relatados. A compensação quer na Demonstração dos Resultados quer no Balanço, exceto quando a mesma reflete a substância da transação ou outros acontecimentos, prejudica a



capacidade dos utentes em compreender as transações, outros acontecimentos e condições que tenham ocorrido e de avaliar os futuros fluxos de caixa da entidade.

3.1.6 Informação Comparativa

A informação comparativa deve ser divulgada com respeito ao período anterior para todas as quantias relatadas nas demonstrações financeiras. A informação comparativa deve ser incluída para a informação descritiva quando for relevante para compreensão das demonstrações financeiras do período corrente.

Por alteração de políticas contabilísticas, as quantias comparativas afetadas pela reclassificação devem ser divulgadas, tendo em conta:

- a) A natureza da reclassificação;
- b) A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada; e
- c) Razão para a reclassificação.

3.2. Outras políticas contabilísticas

3.2.1 Ativos Fixos Tangíveis

Os "Ativos Fixos Tangíveis" encontram-se registados ao custo de aquisição ou de produção, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas. O custo de aquisição ou produção inicialmente registado, inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, se aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos ativos e de restauração dos respetivos locais de instalação ou operação dos mesmos que a entidade espera vir a incorrer.

Os ativos que foram atribuídos à entidade a título gratuito encontram-se mensurados ao seu justo valor, ao valor pelo qual estão segurados ou ao valor pelo qual figuravam na contabilidade.

As despesas subsequentes que a entidade tenha com manutenção e reparação dos ativos são registadas como gastos no período em que estes incorrem, desde que não sejam suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais.



As depreciações são calculadas, assim que os bens estão em condições de ser utilizados, pelo método da linha reta/do saldo decrescente/das unidades de produção em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela seguinte:

Descrição	Vida útil estimada
Terrenos e recursos naturais	-----
Edifícios e outras construções	50
Equipamento básico	6
Equipamento de transporte	4
Equipamento biológico	-----
Equipamento administrativo	6
Outros Ativos fixos tangíveis	6

A Entidade revê anualmente a vida útil de cada ativo, assim como o seu respetivo valor residual quando este exista.

As mais ou menos valias provenientes da venda de ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o valor de realização e a quantia escriturada na data de alienação, sendo que se encontra espelhada na Demonstração dos Resultados nas rúbricas “Outros rendimentos operacionais” ou “Outros gastos operacionais”.

De acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro 12 – Imparidade de Ativos, o *Goodwill* não é amortizado, estando sujeito, como referido, a testes anuais de imparidade. Estas perdas por imparidade não são reversíveis.

3.2.2 Inventários

Os “Inventários” estão mensurados ao preço de custo.



3.2.3 Instrumentos Financeiros

Os ativos e passivos financeiras são reconhecidos apenas e só quando se tornam uma parte das disposições contratuais do instrumento.

Este ponto é aplicável a todos “Instrumentos Financeiros” com exceção:

- Investimentos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos;
- Direitos e obrigações no âmbito de um plano de benefícios a empregados;
- Direitos decorrentes de um contrato de seguro exceto se o contrato de seguro resulte numa perda para qualquer das partes em resultado dos termos contratuais que se relacionem com:
 - Alterações no risco segurado;
 - Alterações na taxa de câmbio;
 - Entrada em incumprimento de uma das partes;
 - Locação, exceto se resultar perda para o locador ou locatário como resultado:
 - Alterações no preço do bem locado;
 - Alterações na taxa de câmbio
 - Entrada em incumprimento de uma das contrapartes

Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros

As quotas, donativos e outras ajudas similares procedentes de fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros que se encontram com saldo no final do período sempre que se tenham vencido e possam ser exigidas pela entidade estão registados no ativo pela quantia realizável.

Clientes e outras contas a receber

Os “Clientes” e as “Outras contas a receber” encontram-se registadas pelo seu custo estando deduzidas no Balanço das Perdas por Imparidade, quando estas se encontram reconhecidas, para assim retratar o valor realizável líquido.



As “Perdas por Imparidade” são registadas na sequência de eventos ocorridos que apontem de forma objetiva e quantificável, através de informação recolhida, que o saldo em dívida não será recebido (total ou parcialmente). Estas correspondem à diferença entre o montante a receber e o respetivo valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juro efetiva inicial, que será nula quando se perspetiva um recebimento num prazo inferior a um ano.

Estas rubricas são apresentadas no Balanço como Ativo Corrente, no entanto nas situações em que a sua maturidade é superior a doze meses da data de Balanço, são exibidas como Ativos não Correntes.

Outros ativos e passivos financeiros

Os instrumentos financeiros cuja negociação ocorra em mercado líquido e regulamentado, são mensurados pelo justo valor, sendo as variações reconhecidas neste por contrapartida de resultados do período.

Os custos de transação só podem ser incluídos na mensuração inicial do ativo ou passivo financeiro quando mensurados ao custo menos perda por imparidade.

À data de relato a entidade avalia todos os seus ativos financeiros que não estão mensurados ao justo valor por contrapartida de resultados. Havendo evidência objetiva de que se encontra em imparidade, esta é reconhecida nos resultados. Cessando de estar em imparidade, é reconhecida a reversão.

Os Ativos e Passivos Financeiros são despreconhecidos da forma que se encontra prevista na Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Pequenas Entidades (NCRF-PE)

Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica “Caixa e depósitos bancários” incluem caixa e depósitos bancários de curto prazo que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de flutuações de valor.

Fornecedores e outras contas a pagar

As dívidas registadas em “Fornecedores” e “Outras contas a pagar” são contabilizadas pelo seu valor nominal.

3.2.4 Fundos Patrimoniais

A rubrica “Fundos” constitui o interesse residual nos ativos após dedução dos passivos. Os “Fundos Patrimoniais” são compostos por:

- Fundos atribuídos pelos fundadores da Entidade ou terceiros;
- Fundos acumulados e outros excedentes;
- Subsídios, doações e legados que o governo ou outro instituidor ou a norma legal aplicável a cada entidade estabeleçam que sejam de incorporar no mesmo

3.2.5 Provisões

Periodicamente, a entidade analisa eventuais obrigações que advenham de pretéritos acontecimentos e dos quais devam ser objeto de reconhecimento ou de divulgação. Assim, reconhece uma Provisão quando tem uma obrigação presente resultante de um evento passado e do qual seja provável que, para a liquidação dessa obrigação, ocorra um exfluxo que seja razoavelmente estimado.

O valor presente da melhor estimativa na data de relato dos recursos necessários para liquidar a obrigação é o montante que a Entidade reconhece como provisão, tendo em conta os riscos e incertezas intrínsecos à obrigação.

Na data de relato, as Provisões são revistas e ajustadas para que assim possam refletir melhor a estimativa nessa data.

Por sua vez, os Passivos Contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, no entanto são divulgados sempre que a possibilidade de existir exfluxo englobando benefícios económicos não seja remota.

Tal como os Passivos Contingentes, os Ativos Contingentes também não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, ocorrendo a sua divulgação apenas quando for provável a existência de um influxo.

3.2.6 Estado e Outros Entes Públicos

O imposto sobre o rendimento do período corresponde ao imposto a pagar. Este inclui as tributações autónomas.

Nos termos do n.º 1 do art.º 10 do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (CIRC) estão isentos de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC):

- a) "As pessoas coletivas de utilidade pública administrativa;
- b) As instituições particulares de solidariedade social e Entidades anexas, bem como as pessoas coletivas àquelas legalmente equiparadas;
- c) As pessoas coletivas de mera utilidade pública que prossigam, exclusiva ou predominantemente, fins científicos ou culturais, de caridade, assistência, beneficência, solidariedade social ou defesa do meio ambiente."

No entanto o n.º 3 do referido artigo menciona que:

"A isenção prevista no n.º 1 não abrange os rendimentos empresariais derivados do exercício das atividades comerciais ou industriais desenvolvidas fora do âmbito dos fins estatutários, bem como os rendimentos de títulos ao portador, não registados nem depositados, nos termos da legislação em vigor, e é condicionada à observância continuada dos seguintes requisitos:

- a) Exercício efetivo, a título exclusivo ou predominante, de atividades dirigidas à prossecução dos fins que justificaram o respetivo reconhecimento da qualidade de utilidade pública ou dos fins que justificaram a isenção consoante se trate, respetivamente, de Entidades previstas nas alíneas a) e b) ou na alínea c) do n.º 1;
- b) Afetação aos fins referidos na alínea anterior de, pelo menos, 50% do rendimento global líquido que seria sujeito a tributação nos termos gerais, até ao fim do 4.º período de tributação posterior àquele em que tenha sido obtido, salvo em caso de justo impedimento no cumprimento do prazo de afetação, notificado ao diretor-geral dos impostos, acompanhado da respetiva fundamentação escrita, até ao último dia útil do 1.º mês subsequente ao termo do referido prazo;
- c) Inexistência de qualquer interesse direto ou indireto dos membros dos órgãos estatutários, por si mesmos ou por interposta pessoa, nos resultados da exploração das atividades económicas por elas prosseguidas."

Assim, os rendimentos previstos no n.º 3 do art.º 10 encontram-se sujeitos a IRC à taxa aplicável sobre a matéria coletável nos termos do n.º 5 do art.º 87. Acresce ao valor da coleta de IRC apurado, a tributação autónoma sobre os encargos e às taxas previstas no artigo 88º do CIRC.



4. Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros:

Não se verificaram quaisquer efeitos resultantes de alteração voluntária em políticas contabilísticas.

5. Ativos Fixos Tangíveis

Outros Ativos Fixos Tangíveis

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2020 e de 2021, mostrando as adições, os abates e alienações, as depreciações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

Rubricas	Ativo bruto					31/dez/21
	Saldo inicial	Aumentos	Diminuições	Transferências e Abates	Saldo Final	
Ativos Fixos Tangíveis:						
Terrenos	99 759,58 €				99 759,58 €	
Edifícios e outras construções	572 466,70 €	1 451,40 €			573 918,10 €	
Equipamento básico	223 818,33 €	79 688,87 €			303 507,20 €	
Equipamento de transporte	108 328,97 €	101 200,39 €			209 529,36 €	
Equipamento administrativo	7 215,16 €	25 574,96 €			32 790,12 €	
Outros Ativos Fixos Tangíveis	0,00 €	55 049,42 €			55 049,42 €	
Total AFT	911 829,16 €	262 965,04 €	0,00 €	0,00 €	1 274 553,78 €	
Ativos Intangíveis:						
Programas de Computador	854,85 €				854,85 €	
Total AI	854,85 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	854,85 €	
TOTAL	912 684,01 €	262 965,04 €	0,00 €	0,00 €	1 275 408,63 €	

Rubricas	Depreciações acumuladas					31/dez/21
	Saldo inicial	Aumentos	Diminuições	Transferências e Abates	Saldo final	
Ativos Fixos Tangíveis:						
Edifícios e outras construções	321 074,57 €	11 434,41 €	0,02 €		332 508,96 €	
Equipamento básico	201 802,81 €	6 732,26 €		69 511,33 €	278 046,40 €	
Equipamento de transporte	71 504,11 €	11 668,06 €		101 200,39 €	184 372,56 €	
Equipamento administrativo	6 280,14 €	1 079,49 €		21 828,09 €	29 187,72 €	
Outros Ativos Fixos Tangíveis	0,00 €			55 049,42 €	55 049,42 €	
Total AFT	600 661,63 €	30 914,22 €	0,02 €	0,00 €	879 165,06 €	
Ativos Intangíveis:						
Programas de Computador	854,85 €				854,85 €	
Total AI	854,85 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	854,85 €	
TOTAL	601 516,48 €	30 914,22 €	0,02 €	0,00 €	880 019,91 €	
Investimentos em Curso						
					41 985,04 €	
Valor líquido 2021						
					437 373,76 €	



Ativo bruto						31/dez/20
Rubricas	Saldo inicial	Aumentos	Diminuições	Transferências e Abates	Saldo Final	
Ativos Fixos Tangíveis:						
Edifícios e outras construções	672 226,28 €					672 226,28 €
Equipamento básico	213 115,02 €	10 703,31 €				223 818,33 €
Equipamento de transporte	95 099,47 €	13 229,50 €				108 328,97 €
Equipamento administrativo	6 115,20 €	1 099,96 €				7 215,16 €
Outros Ativos Fixos Tangíveis	0,00 €					0,00 €
Total AFT	986 555,97 €	25 032,77 €	0,00 €	0,00 €	1 011 588,74 €	
Ativos Intangíveis:						
Programas de Computador	854,85 €					854,85 €
Total AI	854,85 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	854,85 €	
TOTAL	987 410,82 €	25 032,77 €	0,00 €	0,00 €	1 012 443,59 €	
Depreciações acumuladas						31/dez/20
Rubricas	Saldo inicial	Aumentos	Diminuições	Transferências e Abates	Saldo final	
Ativos Fixos Tangíveis:						
Edifícios e outras construções	309 720,76 €	11 353,81 €				321 074,57 €
Equipamento básico	199 525,73 €	2 277,08 €				201 802,81 €
Equipamento de transporte	61 820,47 €	9 683,64 €				71 504,11 €
Equipamento administrativo	6 115,14 €	165,00 €				6 280,14 €
Outros Ativos Fixos Tangíveis	0,00 €					0,00 €
Total AFT	577 182,10 €	23 479,53 €	0,00 €	0,00 €	600 661,63 €	
Ativos Intangíveis:						
Programas de Computador	854,85 €					854,85 €
Total AI	854,85 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	854,85 €	
TOTAL	578 036,95 €	23 479,53 €	0,00 €	0,00 €	601 516,48 €	
Valor líquido 2020						410 927,11 €

6. Inventários

Em 31 de dezembro de 2021 e de 2020 a rubrica “Inventários” apresentava os seguintes valores:

Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas	31/dez/21	31/dez/20
Existências iniciais	190,88 €	108,30 €
Compras	71 920,46 €	34 086,27 €
Existências finais	412,08 €	190,88 €
CMVMC	71 699,26 €	34 003,69 €



7. Prestações de Serviços

Para os períodos de 2021 e 2020 foram reconhecidas as seguintes prestações de serviços:

Prestações de serviços	31/dez/21	31/dez/20
Lar	246 577,32 €	244 001,73 €
Centro de Dia	48 863,53 €	
Apoio Domiciliário	41 895,95 €	
Total	337 336,80 €	244 001,73 €

8. Investimentos financeiros

Nos períodos de 2021 e 2020, a entidade detinha os seguintes “Investimentos Financeiros”:

Investimentos Financeiros	31/dez/21	31/dez/20
Fundos de Compensação	6 234,05 €	2 769,06 €
Total	6 234,05 €	2 769,06 €

9. Instrumentos Financeiros

A entidade tem os seguintes ativos e passivos financeiros:

Instrumentos Financeiros	31/dez/21	31/dez/20
Ativo Financeiro		
Caixa	1 491,37 €	160,36 €
Depósitos Bancários	88 178,15 €	14 043,78 €
Outros depósitos bancários	578 955,49 €	300 000,00 €
Outros Créditos a Receber	322 000,25 €	122 693,26 €
Clientes	1 177,36 €	1 802,57 €
Passivo Financeiro		
Fornecedores	4 614,18 €	2 542,10 €
Estado	10 327,69 €	6 743,74 €
Outras Contas a Pagar – Corrente	58 155,05 €	65 896,19 €

9.1 Clientes e Utentes

Para os períodos de 2021 e 2020 a rúbrica “Clientes” encontra-se desagregada da seguinte forma:

Clientes	31/dez/21	31/dez/20
Clientes e Utentes c/c	980,89 €	1 802,57 €
Clientes e Utentes em cobrança duvidosa	196,47 €	
Total	1 177,36 €	1 802,57 €

9.2 Outros Créditos a receber

A rúbrica “Outros Créditos a receber” tinha, em 31 de dezembro de 2021, a seguinte decomposição:

Outros Créditos a Receber	31/dez/21	31/dez/20
Devedores - Restituição do IVA	505,02 €	1 516,58 €
Outros Devedores	139,88 €	94,64 €
Fábrica da Igreja	320 000,00 €	120 000,00 €
Adiantamento a fornecedores	1 032,65 €	1 082,04 €
Adiantamentos ao Pessoal	322,70 €	0,00 €
Total	322 000,25 €	122 693,26 €

9.3 Caixa e Depósitos Bancários

A rúbrica de “Caixa e Depósitos Bancários”, a 31 de dezembro de 2021 e 2020, encontrava-se com os seguintes saldos:

Meios Financeiros Líquidos	31/dez/21	31/dez/20
Caixa	1 491,37 €	160,36 €
Depósitos à ordem	88 178,15 €	14 043,78 €
Outros depósitos bancários	578 955,49 €	300 000,00 €
Total	668 625,01 €	314 204,14 €



9.4 Fornecedores

O saldo da rúbrica de “Fornecedores” é discriminado da seguinte forma:

Fornecedores	31/dez/21	31/dez/20
Fornecedores C/C	4 614,18 €	2 542,10 €
Total	4 614,18 €	2 542,10 €

9.5 Estado e Outros Entes Públicos

A rúbrica de “Estado e outros Entes Públicos” está dividida da seguinte forma:

Estado e outros Entes Públicos	31/dez/21	31/dez/20
Saldos credores:		
Retenções de imposto sobre o rendimento:		
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Singulares (IRS)	1 963,00 €	1 253,00 €
IRS - Independentes	261,00 €	33,03 €
Contribuições para a segurança social	7 985,22 €	5 381,72 €
Fundo de Compensação	118,47 €	75,99 €
Total	10 327,69 €	6 743,74 €

9.6 Outras Contas a Pagar

A rúbrica “Outras contas a pagar” desdobra-se da seguinte forma:

Outras Contas a Pagar	31/dez/21	31/dez/20
Corrente		
Remunerações a Pagar		
Estimativa Sub. Férias, Férias e Encargos	0,00 €	374,97 €
Utentes	57 557,25 €	43 834,40 €
Credores Correntes	0,00 €	1 024,55 €
Utentes Despesas	66,84 €	20 662,27 €
Total	530,96 €	0,00 €
Total	58 155,05 €	65 896,19 €



9.7 Financiamentos Obtidos

A rúbrica “Financiamentos obtidos” desdobra-se da seguinte forma:

Financiamentos Obtidos	31/dez/21	31/dez/20
Novo Banco - Apoio Setor Social - Covid 19	200 000,00 €	0,00 €
Total	200 000,00 €	0,00 €

10. Gastos com o Pessoal

Os membros dos órgãos diretivos, para os períodos de 2021, foram, respetivamente:

Exercício de 2021	
Cargo	Nome
Presidente	Pe. Francisco José dos Santos Mendes
Tesoureiro	Mário Jorge Galveia Dias
Secretário	Lídia Evangelina de Miranda Pinto
Vogal	Mónica Cristina Barona Leote Casanova
Vogal	Sofia Alexandra Marcelino Saraiva da Costa
Vogal	Cederico Araújo Alves
Vogal	Nuno Miguel Passos Ferreira Lourenço

Os órgãos diretivos não usufruem qualquer remuneração.

Número médio de pessoas ao serviço da Entidade	2021	2020
Colaboradores	33	22

Os gastos suportados pela entidade com os funcionários foram os seguintes:

Gastos com o pessoal	31/dez/21	31/dez/20
Remunerações do pessoal	360 539,99 €	249 249,29 €
Encargos sobre remunerações	79 911,54 €	51 163,05 €
Seguros de acidentes de trabalho	4 754,89 €	2 777,16 €
Outros custos com o pessoal	2 363,11 €	2 112,02 €
Total	447 569,53 €	305 301,52 €



11. Outras Informações

Para uma melhor compreensão das restantes demonstrações financeiras, destacamos as seguintes informações:

11.1 Diferimentos

Em 31 de Dezembro de 2021 e 2020, a rúbrica “Diferimentos” englobava os seguintes saldos:

Diferimentos	31/dez/21	31/dez/20
Gastos a Reconhecer		
Seguros	2 463,37 €	1 910,19 €
Total	2 463,37 €	1 910,19 €

11.2 Fundos Patrimoniais

Nos “Fundos Patrimoniais” ocorreram as seguintes variações:

Fundos Patrimoniais e Resultados Transitados						
						31/dez/21
	Contas	Saldo Inicial	Aumentos	Fusão	Diminuições	Saldo Final
51 - Fundos		487 261,04		64 055,99		551 317,03
55 - Reservas		0,00				0,00
56 - Resultados transitados		237 624,90	3 204,73	318 507,38		559 337,01
59 - Outras variações nos fundos patrimoniais		57 333,97	2281,01		9124,07	50 490,91
818 - Resultado líquido		(3 204,73)	7 248,74			4 044,01

Fundos Patrimoniais e Resultados Transitados						
						31/dez/20
	Contas	Saldo Inicial	Aumentos	Aumento por Fusão	Diminuições	Saldo Final
51 - Fundos		487 261,04				487 261,04
55 - Reservas		0,00				0,00
56 - Resultados transitados		252 615,71		14 990,81		237 624,90
59 - Outras variações nos fundos patrimoniais		66 458,04			9124,07	57 333,97
818 - Resultado líquido		(14 690,81)	11 486,08			(3 204,73)

11.3 Subsídios, doações e legados à exploração

A Entidade reconheceu, nos períodos de 2021 e 2020, os seguintes subsídios, doações, heranças e legados:

Subsídios à exploração	31/dez/21	31/dez/20
Lar	159 588,30 €	151 396,92 €
Centro de Dia	45 518,27 €	
Apoio Domiciliário	84 931,20 €	
Comparticipação Adicional ERPI	3 385,38 €	2 788,37 €
Apoio Seg. Social - Covid19	261,40 €	1 376,70 €
Prest. Seg. Social IGF	105,58 €	0,00 €
Camara Municipal de Almada	0,00 €	4 315,24 €
Seg. Social - Adaptar Social+	764,16 €	
Inst. Apoio às PME Inovação	84,50 €	
IEFP	1 612,92 €	9 154,68 €
Total	296 251,71 €	169 031,91 €

11.4 Fornecimentos e serviços externos

A repartição dos “Fornecimentos e serviços externos” nos períodos findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020, foi a seguinte:

Fornecimentos e serviços externos	31/dez/21	31/dez/20
Serviços especializados	51 847,03 €	29 266,53 €
Materiais	25 475,79 €	27 213,59 €
Energia e fluidos	27 441,38 €	18 324,54 €
Deslocações estadas e transportes	112,12 €	239,05 €
Serviços diversos	19 453,59 €	13 015,24 €
Total	124 329,91 €	88 058,95 €

11.5 Outros rendimentos

A rúbrica de “Outros rendimentos” encontra-se dividida da seguinte forma:

Outros rendimentos	31/dez/21	31/dez/20
Diversos	27,66 €	
Correções relativas a períodos anteriores	1 339,50 €	
Imputação subsídios p/ investimentos	6 843,06 €	
Outros rendimentos	82,26 €	11 830,92 €
Donativos	30 855,15 €	21 526,96 €
Reembolso IRS	4 260,72 €	
Restituição do IVA	4 043,39 €	1 917,17 €
Total	47 451,74 €	35 275,05 €

11.7 Outros Gastos

A rúbrica de “Outros gastos” encontra-se dividida da seguinte forma:

Outros gastos	31/dez/21	31/dez/20
Impostos	102,16 €	97,63 €
Outros gastos	1 489,50 €	572,10 €
Total	1 591,66 €	669,73 €

11.8 Resultados Financeiros

Nos períodos de 2021 e 2020 foram reconhecidos os seguintes gastos e rendimentos relacionados com juros e similares:

Resultados Financeiros	31/dez/21	31/dez/20
<i>Juros e Rendimentos Similares</i>		
Juros de Outros Financiamentos Concedidos	891,66 €	
Resultados Financeiros	891,66 €	0,00 €



11.9 Situação contributiva

A entidade não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de novembro.

Dando cumprimento ao estabelecido no Decreto-Lei 411/91, de 17 de outubro, informa-se que a situação da entidade perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

11.10 Acontecimentos após data de Balanço

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2021.

Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente anexo, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas.

Almada, 29 de março de 2022

Contabilista Certificada

Margarida Melo

BALANÇO

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021

Centro Social Paroquial Imaculada Conceição da Charneca da Caparica

Valores em EURO

Página 1

RÚBRICAS	NOTAS	31 Dez 2021	31 Dez 2020
ATIVO			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	5	437 373,76	410 927,11
Investimentos financeiros	8	6 234,05	2 769,06
		443 607,81	413 696,17
Ativo corrente			
Inventários	6	412,08	190,88
Clientes	91	1 177,36	1 802,57
Diferimentos	111	1 481,09	1 910,19
Outros ativos correntes	92	322 659,83	122 693,26
Caixa e depósitos bancários	93	668 625,01	314 204,14
		994 355,37	440 801,04
		1 437 963,18	854 497,21
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
Fundos patrimoniais			
Fundos	112	551 317,03	487 261,04
Resultados transitados	112	559 337,01	237 924,90
Ajustamentos / outras variações nos fundos patrimoniais	112	50 490,91	57 333,97
Resultado líquido do período	112	1 161 144,95 4 044,01	782 519,91 - 3 204,73
		1 165 188,96	779 315,18
Passivo			
Passivo não corrente			
Financiamentos obtidos		200 000,00	
		200 000,00	
Passivo corrente			
Fornecedores	94	4 614,18	2 542,10
Estado e outros entes públicos	95	10 327,69	6 743,74
Outros passivos correntes	96	57 832,35	65 896,19
		72 774,22	75 182,03
		272 774,22	75 182,03
		1 437 963,18	854 497,21

Contabilista Certificado

A Gerência / Direção

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021

Centro Social Paroquial Imaculada Conceição da Charneca da Caparica

Valores em EURO

Página 1

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	31 Dez 2021	31 Dez 2020
Vendas e serviços prestados	7	337 336,80	244 001,73
Subsídios à exploração	113	296 251,71	169 031,91
Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas		(71 699,26)	(34 003,69)
Fornecimentos e serviços externos	114	(124 329,91)	(88 058,95)
Gastos com o pessoal	10	(447 569,53)	(305 301,52)
Outros rendimentos e ganhos	115	47 451,74	35 275,05
Outros gastos e perdas	116	(1 591,66)	(669,73)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		35 849,89	20 274,80
Gastos/reversões de depreciação e amortização	5	(30 914,22)	(23 479,53)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		4 935,67	(3 204,73)
Juros e gastos similares suportados	117	(891,66)	
Resultado antes de impostos		4 044,01	(3 204,73)
Resultado líquido do período		4 044,01	(3 204,73)

Contabilista Certificado

A Gerência / Direção



